

Audição Pública ERSE

Pedro Pita Barros

Faculdade de Economia

Universidade Nova de Lisboa

- Audição pública – como parte de um processo regulatório transparente
- Importância não deve ser esquecida apesar
 - Lobby das empresas (“study wars”)
 - Pretensões de influência por parte do Governo (por vezes, pouco compatíveis com estatuto de independência dos reguladores e geradoras de incerteza regulatória)
- + de 500 páginas: regulamento de relações comerciais (RRC) e regulamento tarifário (RT) do sector eléctrico
- Seleccionei os aspectos que mais me interessaram

Tarifas dos comercializadores de último recurso

- Que filosofia?
 - Tarifas de um monopólio (natural e/ou legal) regulado?
 - Tarifas que asseguram que um serviço mínimo de electricidade é assegurado?
 - Tarifas que cumpram objectivos de acesso universal com a menor distorção possível funcionamento do mercado?
- Estas “filosofias” não conduzem a resultados idênticos...

- Efeitos dinâmicos?
 - Regulação permite ao “comercializador de último recurso” comprometer-se com ser agressivo – se entrada tiver “economias de gama”, pode ser uma forma de evitar entrada de concorrência
 - Se benchmark para os custos for adequado, não há grande distorção – mas se se basear apenas no histórico de custos, que balanço ocorre? (se forem muito elevados, entrada passa a valer a pena, mas para valores intermédios – custos mais elevados do que com entrada?)
- Não temos ainda conhecimento suficiente sobre a dinâmica de mercado

Tarifas de comercialização

- De termo fixo para termo fixo e termo (linear?) na energia => para a mesma receita, baixa valor fixo, beneficia baixos consumos
- Faz sentido procurar esta maior flexibilidade, mas atente-se nas diferenças que ainda mantém para com uma intervenção legislativa que aboliu termos fixos (noutra área próxima)

Periodicidade de revisão das tarifas

- Consumidor final valoriza estabilidade (para igual valor médio)
- Se estivermos a funcionar em torno de uma média – comercializador de último recurso com tarifas fixas uma vezes ganha outras perde – protecção contra risco que tem custo; mas possivelmente mais baixo que o dos consumidores finais
- Se houver uma tendência marcada – balanço entre acompanhar tendência e protecção contra o risco em torno dessa tendência

- Pergunta: “Como compatibilizar as dinâmicas de evolução dos custos de energia eléctrica com a periodicidade de revisão tarifária? Devem as tarifas de venda a clientes finais incluir opções com abordagens diferenciadas e com diferentes níveis de risco de preço?”
- Ideia: definir critério a partir do qual se declara uma evolução como sendo estrutural, levando a uma revisão; evoluções puramente aleatórias não devem motivar revisões.
- Mais fácil de dizer que fazer...
- Segunda parte da pergunta remete novamente para o papel do comercializador de último recurso

- **Pergunta:** “como evitar que o actual sistema de recuperação de desvios de energia do CUR em anos seguintes possa, em períodos de grande volatilidade de preços, provocar correspondente passagem de clientes entre o mercado livre e regulado conduzindo no limite à inviabilização deste modelo?”
- Aqui a resposta é conceptualmente mais simples (mas de difícil aplicação) – quem sai deverá pagar um valor para cobrir a diferença para o valor médio, como forma de evitar comportamento oportunista – claro que só funciona num contexto de flutuações em torno de uma tendência

Regulação económica das entidades reguladas

- Pergunta: custos aceites ou custos de referência (para investimentos em concessão de serviço público)? Que mecanismo de repartição de ganhos (se algum)?
- Custos de referência – tendo em atenção que para dar incentivos à eficiência é necessário que a empresa suporte risco e não seja expropriada completamente dos ganhos que alcançar...
- Risco político “Bloco de esquerda” – se face a custos de referência ganharem eficiência, e tiverem ganhos por isso, como evitar serem acusados de “ladrões” e vir um Ministro da Economia “regulamentar” a transferência desses ganhos?
- Risco de inconsistência intertemporal – se face a custos de referência, não forem eficientes como lidar com a “chantagem” expost de a empresa ameaçar “sair do mercado”?
- Dependendo das situações o sistema deve aproximar mais ou menos o lado de custos aceites.

Serviços inovadores

- Deixar liberdade para que a inovação tenha lugar é importante
- Preocupação central: não discriminação e clareza contabilística
- Já agora adicionar: preços de acordo com custo incremental + uma margem ? (é este o sentido de “proporção entre os benefícios e os custos para a empresa e os descontos e os preços dos serviços a disponibilizar – Art.5º-B) Papel da disponibilidade a pagar dos consumidores?
- E oferecer menor qualidade a preço mais baixo? (qualidade mínima, ou garantia de que existe sempre pelo menos uma oferta com determinada qualidade?)

- Outros aspectos e outras questões existem
- Aspectos importantes jogam-se também na redacção dos artigos
- Aspectos importantes jogam-se noutros “campos” (i.e. intervenção política ad-hoc e de pouca racionalidade...)
- Mas pouco a pouco espero que se consiga uma arquitectura coerente que proteja os consumidores, estimule uma utilização racional da energia e promova a inovação...

Tarifas de venda a clientes finais dos comercializadores de último recurso

- Pergunta: Opção tarifária tri-horária (3,45 kVA ≤ ≤20,7 kVA) não traz custos acrescidos face a bi-horária já existente; cria mais opções => faz sentido
- Mas tarifas não são independentes entre si – impacto no consumo global e impacto distributivo ?